

AULA 1 - Legislação Federal- Questões dos concursos anteriores

Professora Luciene Cavalcante



- Pedagoga formada pela USP.
- Deputada Federal.
- Concursada da rede municipal de São Paulo desde 2002.
- Foi professora e diretora de escola, hoje é supervisora escolar.
- Foi professora da rede estadual de SP.
- Advogada e pesquisadora em direito educacional.
- Deputada Federal;

  /ProfLucieneCavalcante

Concurso: PEIF - 2023

1- A legislação prevê, desde a Constituição Federal de 1988, o direito à educação para toda a população, inclusive para aquelas pessoas que não tiveram acesso à escola em idade apropriada, na infância ou na adolescência. A Recomendação CME 03/2021 retomou o tema e estabeleceu uma série de propostas para a garantia do direito à aprendizagem, com base na flexibilização da organização escolar, do planejamento curricular e do uso dos tempos e espaços, de modo a favorecer o tripé acesso, permanência e aprendizagem com qualidade.

Assinale a opção que identifica corretamente uma das propostas da Recomendação citada para combater a evasão e a defasagem idade-série.

(A) Espaços educacionais alternativos e acolhedores não limitados à sala de aula ou à escola, desde que planejados no interesse da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes.

(B) Reclassificação dos alunos por ciclo, avançando automaticamente a trajetória do estudante com base na média ponderada entre idade do educando e tempo de permanência na escola.

(C) Reuniões quinzenais com as famílias, a fim de fortalecer os vínculos de confiança do educando com a comunidade escolar, e estimulando um acompanhamento escolar mais amplo.

(D) Relatórios mensais da equipe gestora, sobre as dificuldades de aprendizagem, para identificar as causas do baixo rendimento escolar e propor um plano personalizado de recuperação paralela.

(E) Visitas residenciais frequentes aos alunos e familiares, a cargo da assistência social, como pré-requisito para manutenção do educando nas classes de aceleração de estudo.

Concurso: PEI - 2024

2- Cidadãos que ocupam cargos públicos no país devem obedecer a normas específicas, tais como as estabelecidas pela Constituição da República Federativa do Brasil (de 1988) em suas disposições gerais para a administração pública. A esse respeito, de acordo com o inciso XVI do artigo 37 do referido documento, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto em caso de

- (A) um cargo de professor e um cargo técnico, quando houver sobreposição de horários.
 - (B) dois cargos de gestão, quando houver compatibilidade de horários.
 - (C) um cargo de professor e um cargo de gestão, quando houver sobreposição de horários.
 - (D) dois cargos de professor, quando houver compatibilidade de horários.
 - (E) dois cargos técnicos ou científicos, independentemente da distribuição de horários.
-

Concurso: ATE 2024

3- A Constituição Federal/1988 e a LDBEN no 9.394/1996 definem para a educação, entre outros princípios, os de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância, assim como os ideais de solidariedade humana, de modo a preparar os educandos para o exercício da cidadania democrática. Nesse sentido, em 2010, foi instituído em âmbito nacional o Estatuto da Igualdade Racial, Lei no 12.288/2010, buscando enfrentar o racismo estrutural contra os negros, originado de séculos de sua escravidão no Brasil. No município de São Paulo, o documento Currículo da cidade: educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros (2022) esclarece, em sua primeira parte, conceitos de raça, discriminação, preconceito e racismo para subsidiar um trabalho educativo antirracista que favoreça a conscientização sobre o racismo e auxilie no combate à desigualdade que ele traz.

Esse subsídio curricular, respeitando as atribuições dos diferentes profissionais da escola, destina-se

- (A) igualmente, e apenas, a auxiliares técnicos de educação, a professoras e professores.
 - (B) exclusivamente a professoras e professores.
 - (C) igualmente, e apenas, a gestoras e gestores, professoras e professores.
 - (D) exclusivamente a gestoras e gestores.
 - (E) a auxiliares técnicos de educação, agentes educacionais, gestoras e gestores, professoras e professores.
-

Concurso: PEIF - 2023

4- Assinale a opção que apresenta a forma de ensino exigida para toda a Educação Básica (à exceção do Ensino Médio), que pode – em situações emergenciais – ser suspensa, conforme prevê o Art. 32, §4º, da LDB (Lei nº 9.394/1996).

- (A) Ensino Fundamental.
 - (B) Ensino Presencial.
 - (C) Ensino Remoto.
 - (D) Ensino Híbrido.
 - (E) Ensino Básico.
-

5- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 estabeleceu as diretrizes e as bases da educação nacional e, em seu Art. 3º, apresentou os princípios básicos sobre os quais o ensino deve ser ministrado. A LDB foi atualizada pela Lei Federal nº 12.796/2013, que incluiu o seguinte princípio de ensino:

- (A) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- (B) respeito à liberdade e apreço à tolerância.
- (C) consideração com a diversidade étnico-racial.
- (D) aprimoramento do profissional da educação escolar.
- (E) valorização da experiência extraescolar.

vereador
Celso
GIANNAZI



PROFESSORA
Luciene
Cavalcante



PROFESSOR
CARLOS
GIANNAZI

